

CONFLITOS PELO USO DO TERRITÓRIO NA AMAZÔNIA MINERAL

PALHETA, João Marcio; ^a * SILVA, Christian Nunes da; ^b OLIVEIRA NETO, Adolfo; ^c NASCIMENTO, Flávio Rodrigues do; ^d

(a) Dr em Geografia, Universidade Paulista Julio de Mesquita Filho, Presidente Prudente (UNESP/PP). Professor Universidade Federal do Pará (UFPA). <http://lattes.cnpq.br/5356047514671129>

(b) Dr. em Ecologia Aquática, Universidade Federal do Pará (UFPA). Professor Universidade Federal do Pará (UFPA). <http://lattes.cnpq.br/4284396736118279>

(c) Dr em Geografia, Universidade Paulista Julio de Mesquita Filho, Presidente Prudente (UNESP/PP). Professor Universidade Federal do Pará (UFPA). <http://lattes.cnpq.br/3108272104911953>

(d) Dr. em Geografia, Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor Universidade Federal do Ceará (UFC). <http://lattes.cnpq.br/3108272104911953>

(*) CORRESPONDING AUTHOR

Address: UFPA, Rua Augusto Correia, 1, CEP: 60075900, Belém (PA), Brasil. Tel: (+ 55 91) 32017106

E-mail: jmpalheta@ufpa.br

RESUMO

O esforço deste trabalho reside na análise de um recorte territorial, político e econômico, que aqui denominamos de Região de Carajás, ou seja, onde estão concentrados os maiores projetos de mineração da companhia Vale na região Sudeste paraense. Considera-se também a província mineral de Carajás, devido os efeitos das atividades mineradoras; o que permite fazer este recorte nos municípios (Parauapebas, Canaã dos Carajás, Marabá, Ourilândia do Norte, São Felix do Xingu e Curionópolis), que concentram os maiores projetos da Vale, principalmente, a partir da primeira metade do século XXI. Para isso, realizaremos uma leitura geográfica das transformações territoriais em Carajás e da reorganização do território, para pensar o desenvolvimento regional articulado em diferentes escalas, proporcionado pelas atividades mineradoras no estado do Pará.

Palavras-chave: Território. Desenvolvimento Regional. Amazônia. Carajás.

ABSTRACT/ RESUMEN

CONFLICTS OVER THE USE OF TERRITORY IN MINERAL AMAZON

This work undertook an analysis of a territorial, political and economic cut, which we call the Region of Carajás, that is, where the largest mining projects of the Vale company are concentrated in the Southeast region of the state of Pará. The mineral province of Carajás is also considered, due to the effects of the mining activities; making it possible to carry out this cut in the municipalities (Parauapebas, Canaã dos Carajás, Marabá, Ourilândia do Norte, São Felix do Xingu and Curionópolis) where the largest Vale projects are concentrated, mainly from the first half of the twenty-first century. To this end, a geographic reading of the territorial transformations in Carajás and the reorganization of the territory were carried out, to think about the regional development articulated on different scales, provided by the mining activities in the state of Pará.

Keywords: Territory; Regional Development; Amazonia; Carajás.

CONFLICTOS POR EL USO DEL TERRITORIO EN LA AMAZONIA MINERAL

El esfuerzo de este trabajo reside en el análisis de un recorte territorial, político y económico que aquí denominamos Región de Carajás, es decir, donde están concentrados los mayores proyectos de minería de la empresa Vale, en la región sudeste paraense. Se considera también, la Provincia Mineral de Carajás, debido a los efectos de las actividades mineras, lo que permite hacer ese recorte en los municipios (Parauapebas, Canaã dos Carajás, Marabá, Ourilândia do Norte, San Felix del Xingu y Curionópolis), que concentran los mayores proyectos de Vale, principalmente, a partir de la primera mitad del siglo XXI. Para ello, realizaremos una lectura geográfica de las transformaciones territoriales en Carajás y de la reorganización del territorio, para pensar el desarrollo regional articulado en diferentes escalas, proporcionado por las actividades mineras en el estado de Pará.

Palabras clave: Territorio; Desarrollo Regional; Amazonia; Carajás.

Article history:

Received 5 August, 2017
Accepted 7 September, 2017
Publisher 15 September, 2017

INTRODUÇÃO

Trinta anos se passaram do início da exploração mineral em Carajás, a maior reserva de recursos minerais na Amazônia, no Sudeste do estado do Pará, região Norte do Brasil. Desde a década de 1980 que esta parte da Amazônia passou a ser conhecida como região de Carajás, tendo em seus municípios diversos projetos instalados de exploração mineral sob o comando da Vale, principal empresa mineradora da região, que a partir de 1997 entra em uma nova fase de atuação, sendo privatizada pelo governo brasileiro e se tornando um grande conglomerado com atuação nos cinco continentes.

A região Sudeste do estado do Pará, no qual a região de Carajás está contida, antes fora conhecida somente por ser uma área de extrativismo, com destaque para a castanha-do-pará, e por ser uma região de conflitos agrários envolvendo diversos atores, como fazendeiros, grileiros, posseiros colonos, indígenas, garimpeiros e castanheiros. Trabalhos de pesquisadores importantes na Amazônia abordam esta questão, como Hebette (2004a, 2004b, 2004c, 2004d) e Emmi (1988), Martins (1993), Velho (2009), entre outros.

Com a introdução das atividades de mineração industrial na região há uma mudança no papel da região tanto na escala nacional, quanto na internacional, em razão principalmente da exploração do minério de ferro, a partir do Projeto Ferro Carajás, em 1985, dentro do Programa Grande Carajás, sem, no entanto, modificar a estrutura de domínio e acesso ao uso dos territórios na região, em muitos casos até acelerou antigas dinâmicas e conflitos agrários que se mantinham na região.

Em virtude da instalação do projeto, a década de 1980 foi um divisor de águas para a região amazônica, especialmente a região Sudeste paraense. Diversos processos territoriais, econômicos, sociais e políticos surgiram ou foram acelerados pela mineração. O surgimento de novos municípios, o crescimento demográfico, o aumento das receitas municipais e o acirramento dos conflitos sociais e ambientais pelo uso do território demonstram não só a complexidade destes processos, mas também a complexidade da nova configuração territorial que a região de Carajás adquiriu, após a instalação das atividades mineradoras e de atividades ligadas a ela.

Estudos diversos que tratam desta temática se tornaram leituras obrigatórias sobre a região de Carajás e o Sudeste paraense, como Hébette (1991), Castro; Moura & Maia (1995), Hall (1991), Coelho & Cota (1997), Cota (1984), Becker (1982), Almeida (1993) e Pinto (2003, 1982), para citar apenas algumas das interpretações que nos serviram de inspiração sobre os estudos da região amazônica, que tomamos como referência para escrever este breve ensaio sobre as dinâmicas territoriais em Carajás. Abordaremos alguns dos temas que foram postos em debate sobre a região de Carajás, brevemente, faremos uma discussão sobre as dinâmicas territoriais, econômicas, sociais e políticas das atividades minerais na região.

Apesar de reconhecermos que a região Sudeste paraense do IBGE e a região de integração do Governo do estado sejam explicativas para políticas públicas, escolhemos para análise outro recorte territorial, político e econômico, que aqui denominamos de Região de Carajás –aquela em que estão concentrados os maiores projetos de mineração da companhia Vale na região Sudeste paraense –levando em consideração também, a província mineral de Carajás, por considerar que os efeitos das atividades mineradoras nos permite fazer este recorte nos municípios (Parauapebas, Canaã dos Carajás, Marabá, Ourilândia do Norte, São Felix do Xingu e Curionópolis) que concentram os maiores projetos da Vale, principalmente, a partir da primeira metade do século XXI e, tentar, realizar uma leitura geográfica das transformações territoriais em Carajás e a reorganização do território, para pensar o desenvolvimento regional articulado em diferentes escalas, proporcionado pelas atividades mineradoras no estado do Pará.

O TERRITÓRIO EM CARAJÁS NO LIMAR DO SÉCULO XXI

Analisando a apropriação dos recursos naturais e considerando o sistema econômico mundial do capital, podemos entender a formação territorial da região Sudeste do estado do Pará, ao longo de sua história, mas principalmente a partir da década de 1980, quando da implantação dos grandes projetos de industrialização em território paraense. Carajás é um mosaico, um conjunto de cenários com distintos territórios impactados pelas atividades mineradoras (direta e indiretamente), criando dinâmicas e territorialidades, das quais as econômicas são preponderantes nas transformações territoriais, na escala municipal.

As características do modelo de produção territorializado conduzem-nos à instauração de uma relação local/global, renovada em torno da articulação complexa entre a ancoragem e a nãoespecialidade da produção. Em outras palavras, o território torna-se um espaço central de coordenação entre os atores interessados na resolução de problemas produtivos inéditos. Estamos, então, na presença de uma dupla combinação entre atividade ancorada e atividade nômade das firmas (PECQUEUR, 2009, p. 99).

Desta forma, o modelo de produção territorializado no espaço geográfico paraense, com as dinâmicas territoriais produzidas pelas atividades de mineração, reorganizaram as relações de produção em diferentes escalas (seja local, nacional ou internacional), que fazem parte do discurso do desenvolvimento regional criado pela lógica das atividades mineradoras, dos polos de desenvolvimento pautado na ideia das indústrias siderometalúrgicas e da qual partimos para entender o uso do território e suas manifestações, nos municípios que são impactados pela atividade mineradora no que consideramos a Província Mineral de Carajás em pleno século XXI.

Neste caso, a organização econômica do território é realizada a partir de diversas determinantes do mercado internacional; e os minerais presentes na província de Carajás, (ferro, cobre, níquel, manganês, ouro, por exemplo) ganham valor e são utilizados pelo interesse deste mercado que tem criado expectativas sobre a riqueza produzida na região, com a indústria extrativa mineral de grande porte que explora a mineração no Sudeste paraense. A valorização do produto mineral se dá a partir do abastecimento do mercado global, que tem criado de forma direta e indireta uma região econômica formada para abastecimento destes mercados.

Uma breve análise dos dados relativos à comercialização dos minérios da região nos permite identificar que a riqueza produzida em Carajás sai pelos vagões do trem de minérios pela estrada de ferro, rumo ao porto de Itaqui, no vizinho estado do Maranhão, e é levado a milhares de quilômetros dali, principalmente na Ásia. Infelizmente as perspectivas não são boas neste cenário, principalmente com a expectativa de ampliação da produção do minério de ferro do projeto S11D, no município de Canaã dos Carajás, que possui alto teor de ferro e que ampliará a escala de produção e, conseqüentemente, os conflitos socioeconômicos na área sob sua influência direta e indireta na região Sudeste paraense.

Estes processos de (re)organização econômica do território a partir da mineração na região Sudeste, quando não criaram, impulsionaram e modificaram a funcionalidade dos municípios sedes da exploração mineral, induzindo novas dinâmicas territoriais, com reflexos demográficos, financeiros, ambientais, sociais, políticos e ampliando os conflitos que são advindos dos velhos e novos tempos da mineração, antes e depois da abertura democrática no país.

DINÂMICAS DEMOGRÁFICAS: A COBIÇA E O PREÇO DA RIQUEZA EM CARAJÁS

O crescimento demográfico nos municípios da Amazônia paraense e na pré-amazônia maranhense foi impulsionado pela busca de empregos e melhores condições de vida, nas atividades

mineradoras ou induzidas por elas nestes espaços geográficos. Mesmo em diferentes períodos, ou pelos garimpos, ou pelos grandes projetos da época do Programa Grande Carajás, a região Sudeste paraense é um espaço onde a mobilidade populacional foi induzida. Seja pelas estradas, rios e ferrovias, grandes fluxos populacionais transladaram em busca de melhores dias, advindos pelo sonho de riqueza trazida pelos recursos minerais.

A distribuição territorial da sociedade na região Sudeste do estado do Pará, principalmente a partir do século XXI, passou a se concentrar nas cidades e adjacências que foram instaladas as atividades de mineração ou atividades ligadas a elas. Mesmo nos municípios antigos onde se têm dinâmicas territoriais muito expressivas, que antecedem a atividade de mineração – como Marabá, onde o Projeto Ferro Carajás foi instalado nos anos de 1980 –, em larga escala, passaram a ter seus processos territoriais impulsionados e acelerados pela dinâmica da mineração, como é o caso da ampliação do espaço urbano e a fragmentação do território.

As novas dinâmicas populacionais e a reconfiguração espacial nas cidades mineradoras no século XXI no Sudeste paraense têm como influência direta e indireta a ligação entre mineração, energia, agronegócio, pecuária e atividade de extração de madeira, que atraíram para região muitas pessoas em busca de melhores condições de vida e de trabalho, acelerando as transformações socioeconômicas dos municípios.

Desta maneira, os novos fluxos populacionais reconfiguraram a distribuição espacial no território paraense, com especial destaque para os grandes projetos de mineração que, junto ao poder de atração pelos empregos demandados pela atividade mineradora, contribuíram para acelerar o crescimento demográfico nas cidades que têm atividades mineradoras. Se compararmos o crescimento populacional no estado do Pará, a evolução da população paraense, a partir do censo de 2000 estava na casa dos 6.192.307, dez anos depois esta população alcançou o total de 7.581.051, e na estimativa do IBGE para o ano de 2015 ficou na casa de 8.175.113 habitantes, um crescimento significativo no estado paraense. Na figura 1 demonstra-se o crescimento da população no estado do Pará e a passagem do rural para a concentração no espaço geográfico urbano. Em 2016, apenas uma estimativa e uma projeção para que em 2030 a população do estado do Pará atinja a marca de 9.321.910 de habitantes.

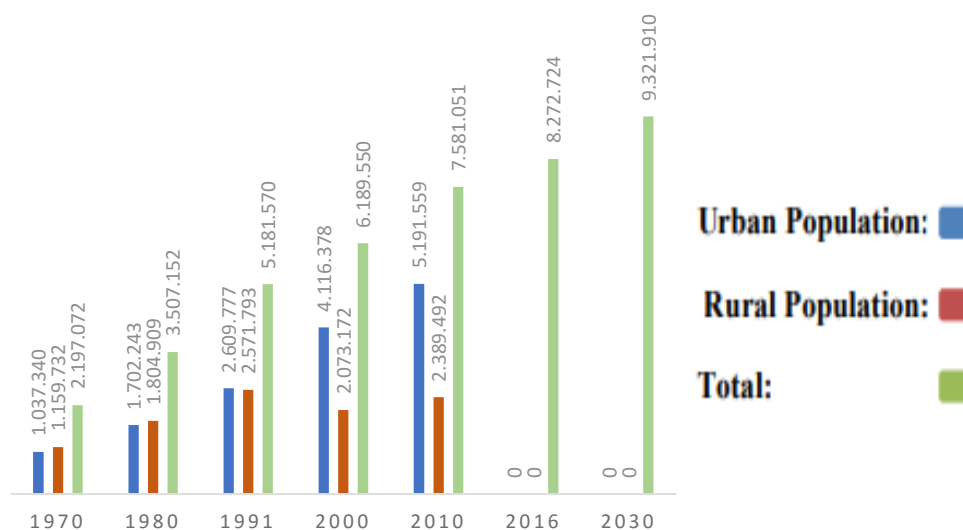


Figura 1 – População do Estado do Pará
Fonte: IBGE/Censo Demográfico, 2010.

No caso aqui apresentado, a sociedade que está distribuída nas cinco regiões do estado, das quais a região Sudeste paraense, especialmente nos seis municípios estudados, no período que vai de 2004 a 2015, teve o crescimento em 2004 de 368.126 pessoas, enquanto a população total do estado do Pará era de 6.482.055. Em 2014, a população dos seis municípios passou para 650.309 habitantes, enquanto a população total do estado do Pará passou para 7.524.804 habitantes. Os

municípios de Marabá, Parauapebas, São Felix do Xingu e Canaã dos Carajás têm destaque neste crescimento populacional, atrelados direta e indiretamente às atividades mineradoras (Figura 2).

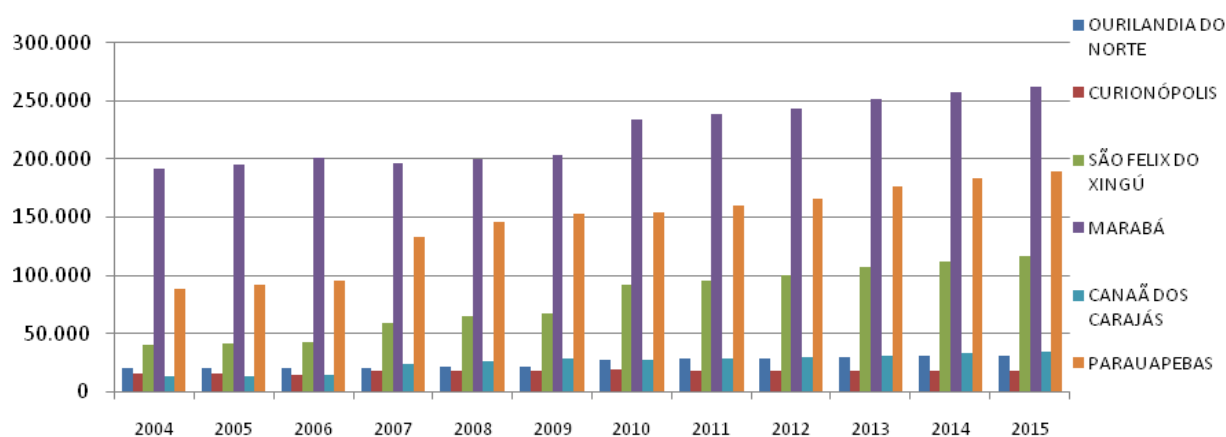


Figura 2 – População dos seis Municípios Mineradores
Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010* e Estimativas Populacionais.
Elaboração: FAPESPA (com adaptações dos autores).

Cidades como Parauapebas, Marabá e Canaã dos Carajás tiveram um crescimento populacional significativo, como demonstrado nos dados demográficos da figura 1, sendo que a única exceção é Curionópolis¹ que teve uma estagnação populacional neste período. Este crescimento populacional tem sido um fenômeno constante. Seus núcleos urbanos cresceram mais que as de outras cidades da mesorregião Sudeste paraense, ou mesmo que a maioria dos municípios do estado do Pará. O problema do crescimento populacional em cidades brasileiras que sofrem impactos da mineração é levantado por Villa Verde, Alamino e Fernandes (2014), quando destacam que,

Essas populações sofrem, principalmente, com os problemas provenientes do modo com os quais os empreendimentos do setor mineral são implantados, ainda aquém do papel inclusivo que poderiam melhor assumir. Daí emerge o crescimento desordenado, o inchaço populacional, a infraestrutura inadequada, empobrecimento, etc. (VILLA VERDE, ALAMINO e FERNANDES, 2014, p. 17).

Este fluxo migratório em direção às cidades mineradoras tem reflexo direto no crescimento urbano, principalmente na periferia das cidades mineradoras. Um estudo recente interessante sobre a relação entre o crescimento urbano, periferização e avanço das desigualdades sociais pode ser encontrado em Rodrigues (2015). Um fenômeno que mostra como o crescimento urbano destas cidades é marcado pelo intenso fluxo migratório é o surgimento de bairros que são batizados com nome das localidades de onde estas pessoas migraram. Quando elas chegam nos municípios mineradores, o processo de ocupação do território se dá a partir da construção de aglomerados sub-normais (na caracterização do IBGE) ou, como preferimos, aglomerados de exclusão, em que o processo de ocupação se dá sujeito a todo tipo de problemas e conflitos sociais.² A ideia de que a chegada das atividades mineradoras diminuiria a pobreza local e regional é uma mentira. Estas cidades são exemplos claros de que, em territórios dependentes de dinâmicas internacionais e condicionados ao papel de produtores de commodities, o crescimento econômico é acompanhado de um crescente periferização da cidade, aumento da desigualdade socioespacial e intensificação de conflitos.

(1) Em virtude do declínio do garimpo de Serra Pelada, na década de 1980, e de novos projetos em cidades próximas, foi principalmente um dos maiores fatores de perda de população da cidade.

(2) A ideia de conflito aqui neste ensaio leva em consideração que a sociedade em conflito estabelece diretrizes para criar o fator de mudança social, como parte das dinâmicas existentes no território, que levam aos embates sociais e, sobretudo, a busca por políticas públicas para resolução dos conflitos sociais pelo uso diferenciado do território.

DINÂMICAS ECONÔMICAS: ASPECTOS FINANCEIROS IMPULSIONADOS PELA MINERAÇÃO

A chegada das atividades de mineração industrial na região de Carajás na década de 1980 provocou profundas transformações que aceleraram o crescimento populacional, econômico e as fragmentações territoriais no município.³ O território com a chegada e instalação do Projeto Ferro Carajás, foi um dos motores destas transformações junto com o garimpo de Serra Pelada, nas décadas de 1980 e 1990 (SILVA, 2013).

O crescimento econômico proporcionado pelas atividades econômicas nos municípios sedes das atividades mineradoras, no estado do Pará (Figura 3), especialmente onde estão concentrados os maiores projetos da Vale em Carajás, também foi importante para a multiplicação de serviços que esta atividade atraiu para atender, principalmente, as novas demandas exigidas pela sociedade, como bancos, postos de saúde, comércio, escolas, dentre outros serviços. Estes serviços também indicavam o crescimento da cidade e a expansão dos bairros, que passaram a surgir pela demanda de pessoas vindas em busca de trabalho e melhores condições de vida, e das empresas prestadoras de serviços às atividades mineradoras.

As cidades sedes de grandes projetos contam com os recursos financeiros advindos das atividades mineradoras, como por exemplo, a Contribuição Financeira pela Exploração dos Recursos Minerais (CFEM), junto com aqueles advindos dos serviços (ICMS),⁴ do aumento populacional (FPM) e do Imposto Sobre Produto Industrializado (IPI), que juntos ajudaram a aumentar as receitas municipais e criaram expectativas da multiplicação dos serviços já existentes e a criação de outros, para atendimento das comunidades residentes nestes municípios. Um dos desafios da gestão pública municipal é traduzir estes recursos, que vem direta e indiretamente da mineração, em benefícios sociais para as sociedades atingidas pela mineração.

Nas figuras 4, 5 e 6 apresentamos, respectivamente, o comportamento do fundo de participação dos municípios (FPM), do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS) e do imposto sobre produtos industrializados (IPI) no estado do Pará.

Os dados anteriores mostram uma relação indireta com a mineração, já que apresentam dados de todo o estado do Pará e de recursos que estão ligados a dinâmicas econômicas e demográficas gerais. Nas figuras 7, 8, 9 e 10 mostramos como esta dinâmica aconteceu nos municípios que estamos analisando, com destaque ao incremento da receita financeira destes municípios que é representado pela CFEM, apresentada na figura 7.

(3) O município de Marabá sofreu duas significativas perdas territoriais, em 1988, foram desmembrados de seu território Parauapebas (onde estava localizada a mina de ferro de Carajás), e Curionópolis, onde se encontra a mina Serra de Pelada (SILVA, 2013). Esses dois municípios desmembrados de Marabá sofreram novas fragmentações, Parauapebas em 1993 com a perda do território onde hoje se encontra o município de Canaã dos Carajás, e Água azul do Norte (1991), e Curionópolis com o surgimento de Eldorado dos Carajás, em 1991.

(4) A CFEM, estabelecida pela Constituição de 1988, em seu Art. 20, § 1º, é devida aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios, e aos órgãos da administração da União, como contraprestação pela utilização econômica dos recursos minerais em seus respectivos territórios, pelas mineradoras em decorrência da exploração de recursos minerais, para fins de aproveitamento econômico, sobre o faturamento líquido, aplicando-se as alíquotas de: 3% para: minério de alumínio, manganês, sal-gema e potássio; 2% para: ferro, fertilizante, carvão e demais substâncias; 0,2% para: pedras preciosas, pedras coradas lapidáveis, carbonados e metais nobres e; 1% para: ouro (DNPM, 2016).

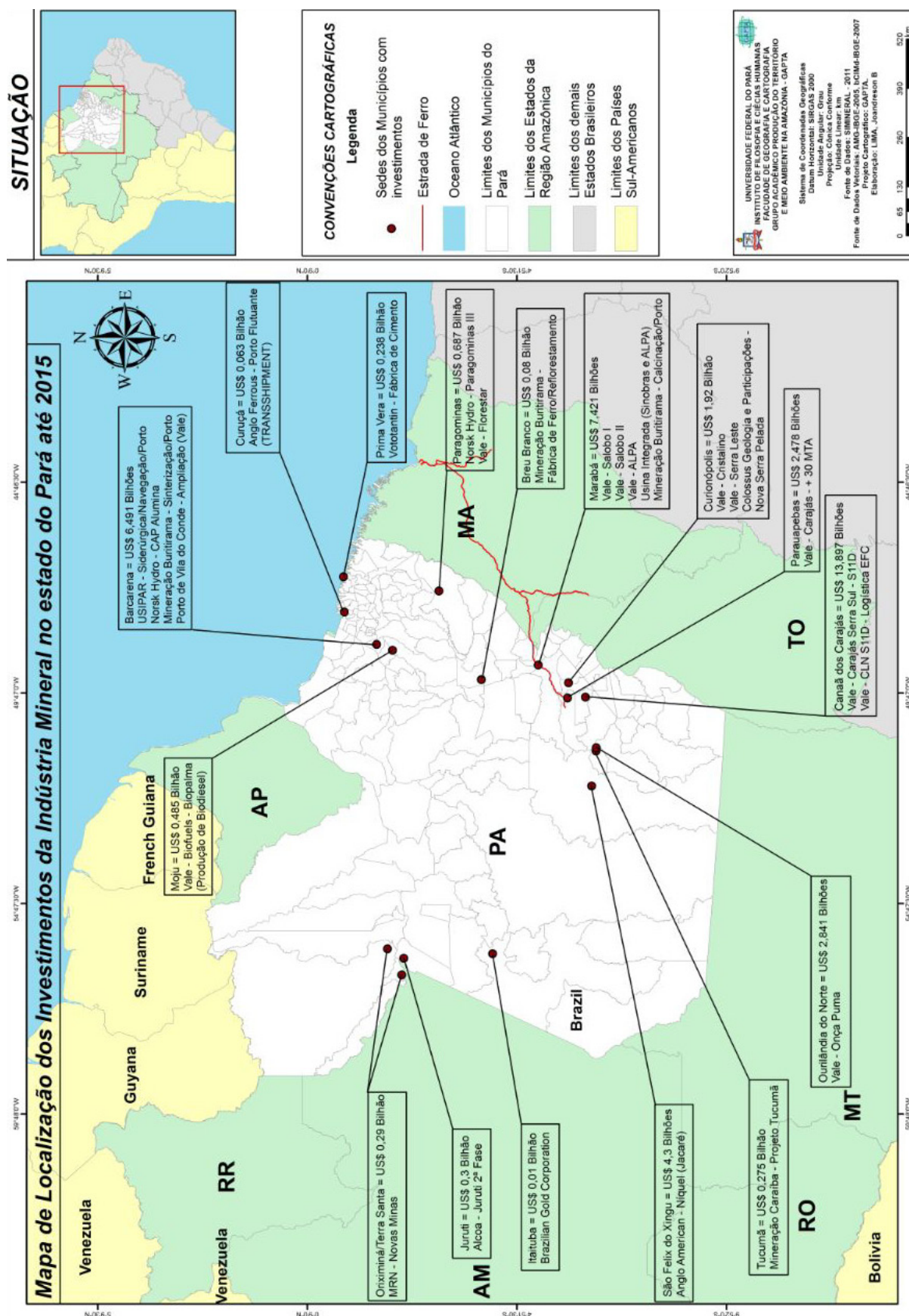


Figura 3 – Mapa de Localização dos Investimentos da Indústria Mineral no estado do Pará (até 2015)

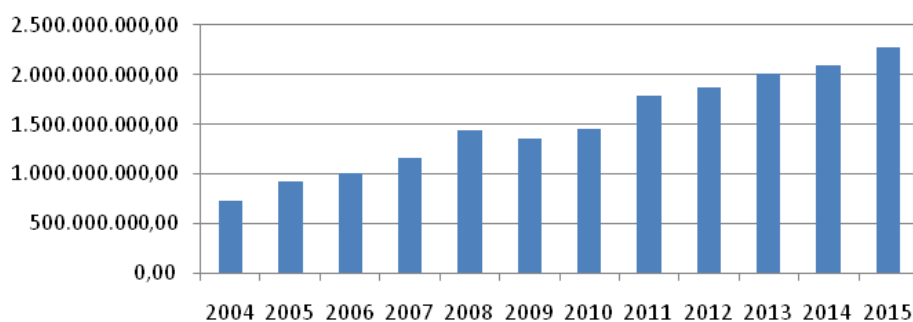


Figura 4 – Arrecadação de FPM no Estado do Pará

Fonte: SEFA, 2016.

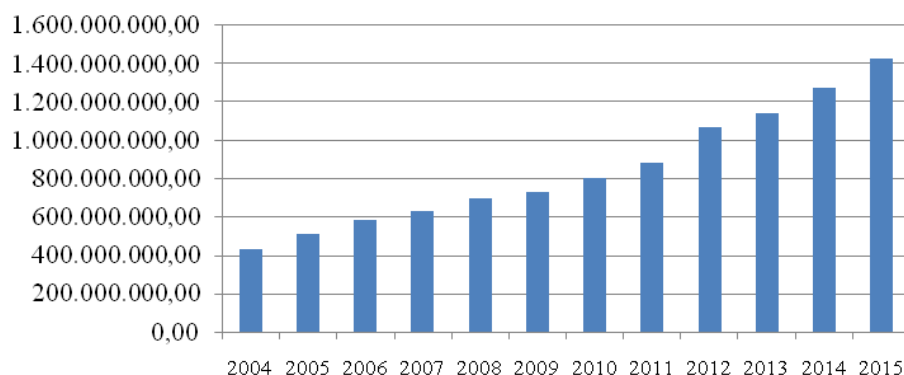


Figura 5 – Arrecadação de ICMS no Estado do Pará

Fonte: SEFA, 2016.

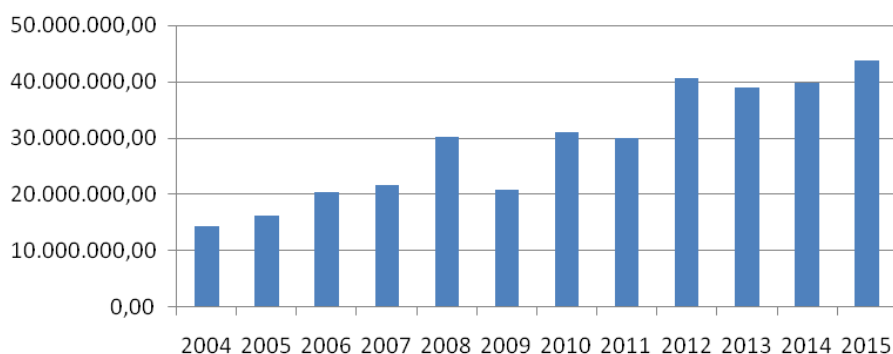


Figura 6 – Arrecadação de IPI no Estado do Pará

Fonte: SEFA, 2016.

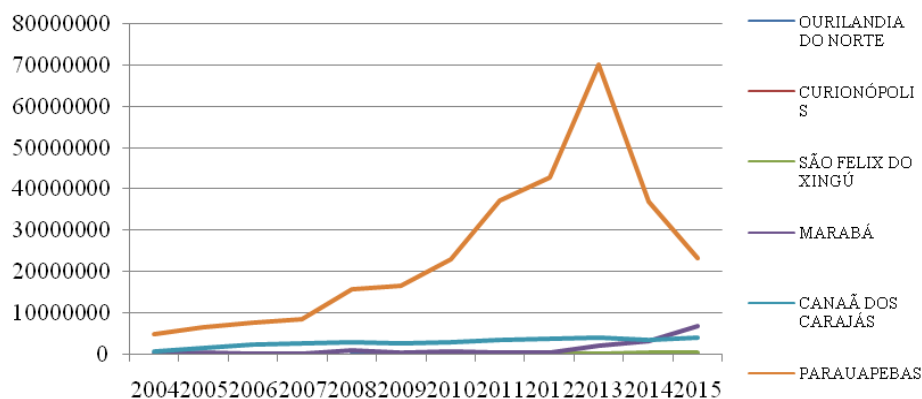


Figura 7 – Arrecadação da CFEM nos Municípios Estudados

Fonte: SEFA, 2016.

Na figura 6 fica claro o poder econômico gerado pela mina de ferro de Carajás, concentrada no município de Parauapebas. Outros municípios com jazida em exploração são Marabá, com o projeto Salobo e Canaã dos Carajás, com o projeto Sossego e o S11D. A CFEM é um recurso de caráter local, já que é pago apenas para o município minerador, diferente dos dados que apresentamos nas figuras 8, 9 e 10, que trazem uma radiografia da dinâmica econômica e demográfica regional que, no caso analisado, é dinamizada principalmente pelas atividades ligadas à mineração.

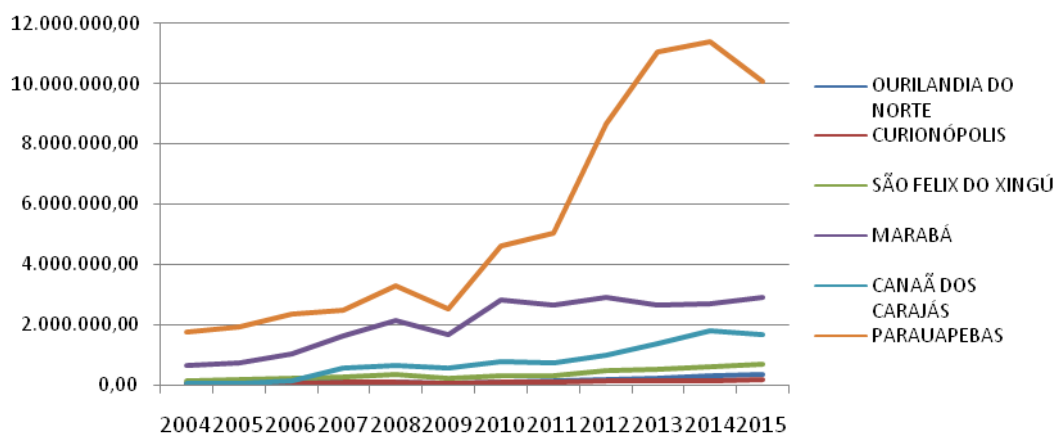


Figura 8 - Arrecadação do IPI nos Municípios Estudados
Fonte: SEFA, 2016.

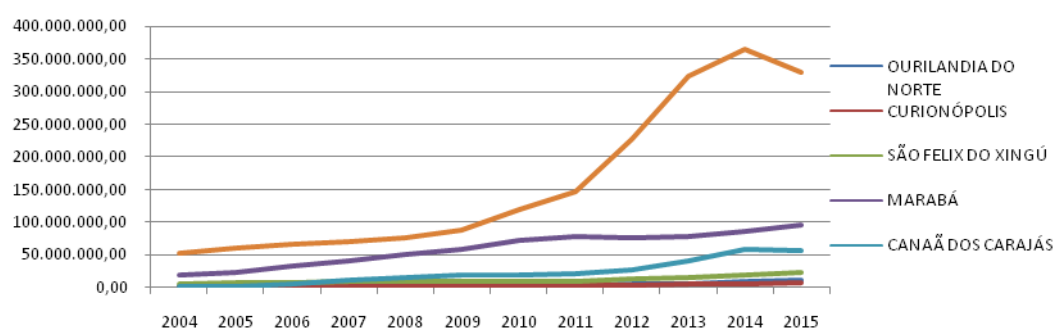


Figura 9 – Arrecadação do ICMS nos Municípios Estudados
Fonte: SEFA, 2016.

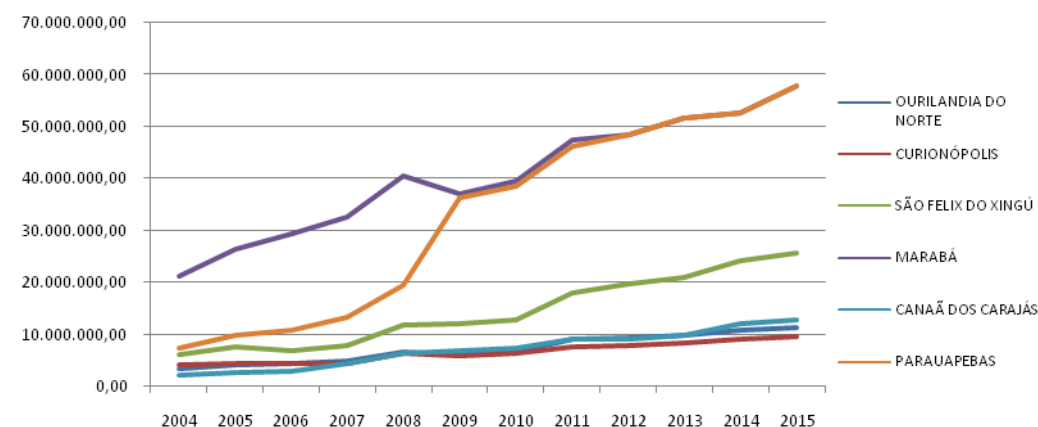


Figura 10 – Fundo de Participação dos Municípios Estudados
Fonte: SEFA, 2016.

A análise dos dados mostra que a atividade mineradora gera recursos diretos, relativos à extração do minério, e recursos indiretos, relativos à industrialização, circulação, atração populacional e dinamização da economia regional. No entanto, este aumento dos recursos é o grande argumento

favorável que liga o discurso ligado à mineração com o debate sobre o desenvolvimento, colocando este segundo como o resultado do emprego adequado dos recursos gerados pelo primeiro. Posições como esta afirmam que:

A atividade mineral é capaz de reverter benefícios para a população de seu município. Para isso, depende uma governança comprometida com a diversificação da economia e uma infraestrutura que provenha, especialmente: modais de transportes eficientes, educação, capacitação tecnológica e serviços de saúde e saneamento. Tais premissas são capazes de repercutirem positivamente não apenas na aceleração do desenvolvimento humano, mas também na minimização dos impactos socioambientais negativos da atividade extrativa mineral (VILLA VERDE; ALAMINO; FERNANDES, 2014,p. 20).

A ideia de que as cidades mineradoras eram espaços onde circulavam dinheiro e empregos atraiu para a região tanto empresas, quanto pessoas para a demanda virtual de serviços e empregos que estas cidades passaram disseminar no conjunto nacional e regional, divulgados nas mídias local, regional, nacional e internacional (Figura 11). A instalação dos projetos mineradores atraiu mão de obra com os mais diversos níveis de qualificação, sendo a grande maioria com baixa qualificação e que acabou gerando um exército de reserva fenomenal, deixando uma multidão de desempregados, subempregados e autônomos, principalmente dentre aqueles que vieram na primeira fase do projeto, restando na maioria das vezes a estes sujeitos contemplar a esperança a partir da periferia das cidades.

O crescimento das receitas municipais foi animado pela demanda do mercado internacional, que provocou efeitos positivos na balança comercial paraense e brasileira com as exportações de commodities. Em 2015, as exportações do estado do Pará chegaram à cifra de US\$ 10,272 bilhões de dólares, sendo que a mineração respondeu por US\$ 8,660 bilhões, ou seja, 84%,3 (SIMINERAL, 2016). O minério de ferro foi o principal responsável por estes números, seguido pelo cobre. Ou seja, Parauapebas e Canaã dos Carajás foram cidades que contribuíram para a balança comercial paraense e aceleravam as expectativas de multiplicação de riqueza na região, principalmente com a notícia de novos empreendimentos minerais.

Pelos dados de produção, recursos e emprego, o embrião de uma região geoeconômica pensada no começo da década de 1980 passava a ser um sonho possível, mesmo com todos os problemas e conflitos que se multiplicaram com a presença das atividades de mineração no território paraense. Carajás passou, no início do século XXI, a ser o caminhold destinado aos investimentos da mineração no Brasil, principalmente com o projeto S11D, de exploração de ferro no município de Canaã dos Carajás. Antes dele, Canaã vivenciou ainda a instalação do projetocobre, que transformou decididamente a sua atividade econômica de agricultura para mineração, mudando a funcionalidade do município e colocando a cidade como umas das que mais empregavam no país, em função da demanda tanto para o projeto cobre, quanto para o projeto de ferro no município (Você S\A, 2016). Seis municípios (Parauapebas, Marabá, Canaã dos Carajás, Ourilândia do Norte, Curionópolis e São Felix do Xingu) receberam investimentos em projetos de mineração que são da companhia Vale.

Marabá foi o primeiro município a receber os investimentos na região, ainda na década de 1980, com o PFC, junto com o projeto de mineração ocorreu a descoberta de Serra Pelada que ajudou a impulsionar as transformações territoriais no município, que mais tarde teve estas duas áreas desmembradas de seu território, que reposicionou o município no total demográfico e de receitas (SILVA, 2013) – mesmo que o município tenha mantido a sua importância no contexto regional, que vinha desde a época dos castanhais (EMMI, 1999) – e continuou com o projeto Salobo (exploração de minério de cobre) implantado no município, fazendo fronteira com Parauapebas.

Marabá vive ainda da constante expectativa da construção de um polo siderúrgico no município, com a virtual criação da fábrica de Aços Laminados do Pará (ALPA) e do projeto de criação de uma fábrica de aços planos. A efetivação ou não destes projetos no município reacende o debate sobre os impactos que estes projetos vão trazer para o local e a região, em razão principalmente

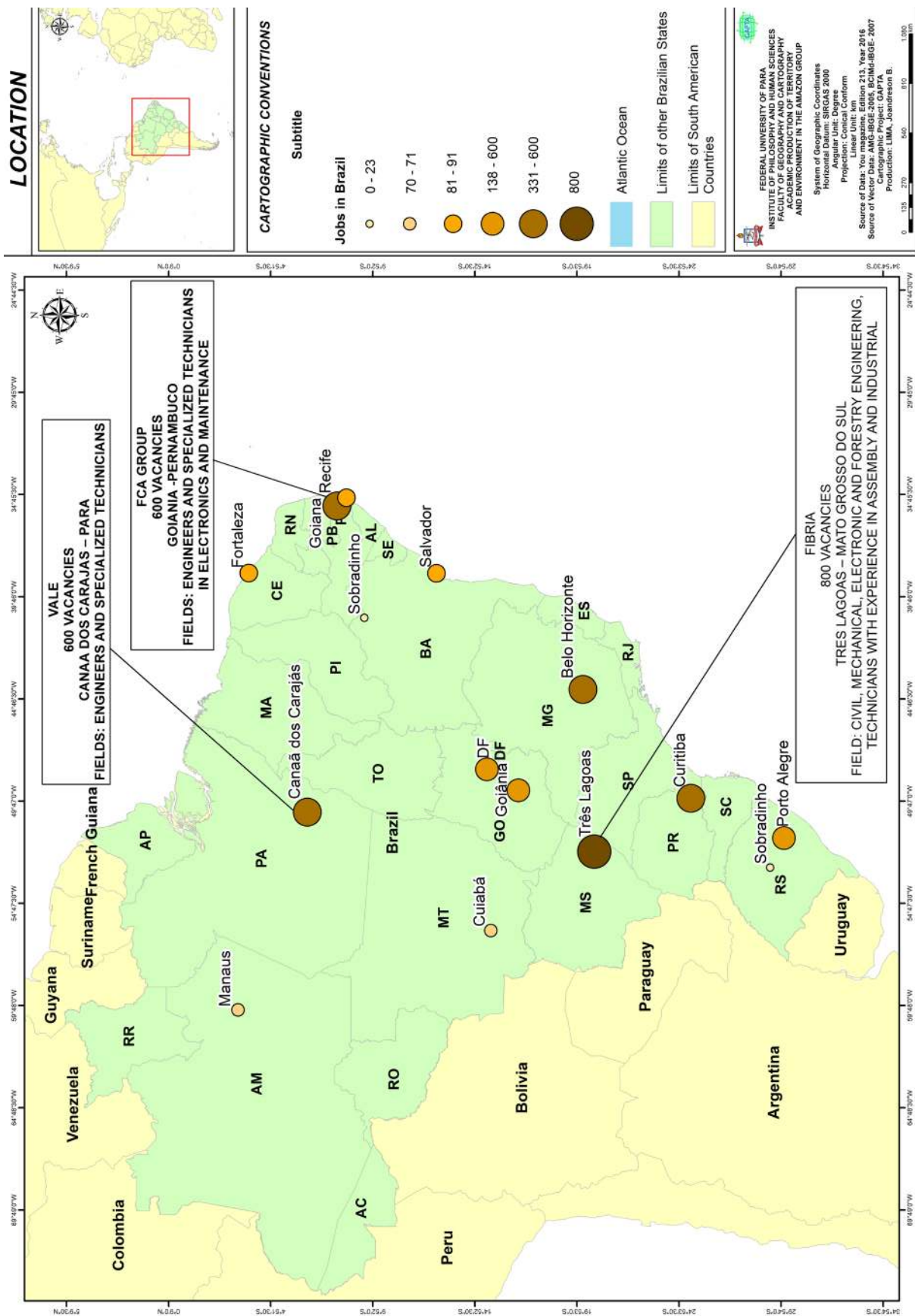


Figura 11 – Mapa dos empregos no Brasil

do já acelerado fluxo migratório que o município recebe. Os interesses econômicos sobressaem aos demais, em razão do antigo dilema da dependência da economia local à atividade mineradora, – mesmo em municípios como Marabá, que possuem economia diversificada e não dependem exclusivamente dos investimentos do setor mineral – mostrando que a exploração mineral e a ação das grandes empresas conseguem se impor como principal dinâmica econômica e estratégia de desenvolvimento regional.

A perda de população e de receita de duas importantes fontes de arrecadação para o município de Marabá foi devido à mina de ferro ter ficado no território do município de Parauapebas, a partir de 1988, e o garimpo de Serra Pela ao também recém-criado município de Curionópolis. As duas cidades surgiram como o reflexo da exploração mineral na região, sendo uma planejada em função da mineração industrial planejada e a outra em razão das experiências de garimpeiros na região, sem nenhum planejamento.

O município Parauapebas continuou seu dinamismo econômico com a presença da exploração principalmente do minério de ferro, ampliando sua exploração através de novas minas de ferro e manganês exploradas no município pela Vale, denominadas de mina de ferro Carajás e mina do azul, respectivamente, que juntas impulsionam a economia no município através de receitas diretas e indiretas relativas às atividades mineradoras.

Por sua vez, Canaã dos Carajás, a partir de 2004, tem uma mudança radical na forma de conceber seu desenvolvimento socioeconômico, passando a depender diretamente das ações do projeto cobre (SILVA, 2013). Na expectativa de multiplicar os recursos com o Projeto ferro S11D, que está previsto para entrar em operação no ano 2016, a cidade tem registrado um aumento significativo na oferta de postos de trabalhos (Figura 12) e de crescimento populacional, com o surgimento de inúmeros bairros, mas também com uma participação diferenciada da Vale no município, diferentemente do que foi em Parauapebas.

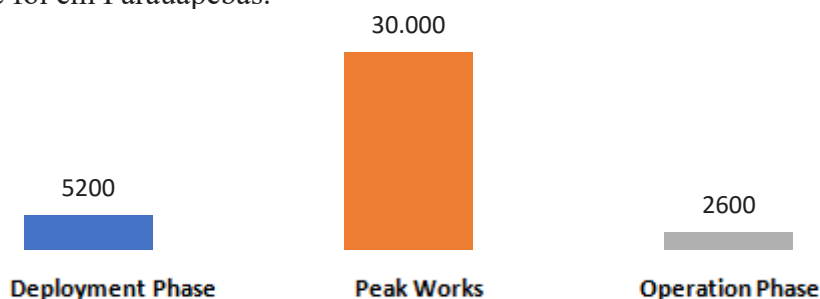


Figura 12 – Estimativa de Criação de Empregos do Projeto S11D
Fonte: Vale, 2012.

Canaã dos Carajás de uma cidade tipicamente agrícola, surgida a partir dos chamados CEDERES,⁵ quando ainda pertencia à Marabá, e posteriormente à Parauapebas, nas décadas de 1980 e 1990, no começo do século XXI, mudou sua funcionalidade, passando a ser uma cidade que sua relação está diretamente ligada à mineração. A migração para a cidade vem, sobretudo, atraída pelos postos de empregos gerados pela Vale e pelas empresas que são prestadoras de serviços aos projetos cobre (Serra do Sossego) e ferro da empresa (Projeto S11D).

Estes empreendimentos mineradores no município de Canaã dos Carajás continuarão criando novas dinâmicas econômicas acelerando as transformações territoriais, com a criação de novas infraestruturas para atendimento da demanda de serviços para os setores da sociedade, que passam a usar o território do município de diferentes formas, consequentemente, fazendo novas pressões sobre este território por novas demandas econômico-sociais, acelerando ainda mais as transformações no município.

Outro município que vem oscilando sua dinâmica territorial é Curionópolis, que viveu “a febre do ouro” no auge do garimpo de Serra Pelada, na década de 1980. Após o auge do garimpo, passou

(5) Centro de Desenvolvimento Regional, criado para atender a demanda agrícola dos grandes projetos na década de 1980, na região de Carajás.

por uma profunda estagnação econômica e demográfica, chegando a perder população em virtude da dinâmica econômica que não conseguia gerar e nem manter a mesma quantidade de postos de trabalho no município. Com a tentativa de industrialização do garimpo por parte da empresa canadense Colossus na década de 2000, reviveu-se a esperança da mineração no município. Com os problemas gerados e a saída da empresa, restou no município a esperança no ferro do projeto Serra Leste, da companhia Vale.

Os municípios de Ourilândia do Norte, São Felix do Xingutê em seus territórios uma das maiores “plantas de produção de ferro-níquel⁶ do mundo” adquirida pela Vale em 2005; a companhia é a segunda maior produtora de níquel do planeta e tem operações em diversos países como Canadá, Indonésia, Nova Caledônia, e refinarias no Reino Unido, Japão Taiwan e China, sendo esta a primeira operação de níquel no país, com capacidade para 200 mil toneladas de ferro-níquel e 53 de níquel, com investimentos de US\$ 2,84 bilhões e com geração de 1500 empregos. Sua operação ocorre via Estrada de Ferro Carajás⁷ para ser exportado para Ásia e Europa.

DINÂMICA DOS CONFLITOS SOCIAIS EM ÁREAS DE MINERAÇÃO

Paralelamente ao crescimento econômico, a mineração possui um lado perverso, que no caso paraense deixou de ser um “efeito inesperado” e se tornou um efeito quase *sine qua non* à atividade. Mesmo considerando a dinamização econômica derivada da atividade mineradora, é fundamental analisar o peso que questões ambientais, políticas, culturais e sociais têm na balança para se debater o futuro desta atividade na região, já que consideramos impossível se pensar o território para os próximos cem anos sem se considerar o peso que esta atividade possui.

A análise do papel que tem a mineração nas dinâmicas territoriais tem que considerar um conjunto de elementos. Em primeiro lugar, a diversidade, qualidade e quantidade de mineiros mapeados no território. Além de ter a maior jazida de ferro e cobre do mundo e ter tido uma das maiores jazidas conhecidas em seu tempo de ouro, o Pará ainda possui jazidas expressivas de alumínio, caulim, níquel, bauxita, estanho, calcário, cobre, ferro e ouro. Este cenário aponta a necessidade de se associar necessariamente o debate sobre o futuro do território paraense à mineração.

O segundo elemento é o caráter dependente da nossa economia. Dependente das grandes empresas mineradoras e das flutuações do mercado internacional, que se agravam nos territórios mineradores pelo poder que esta atividade tem de criar economias superespecializadas, amplamente dependentes de uma única atividade motora.

No caso paraense, convivem a mineração industrial e a mineração garimpeira. No primeiro caso, as grandes empresas do setor têm atuado no sentido de transformar o nosso subsolo em um estoque de recursos que estão ligados em redes de comando, controle e circulação com pontas em vários continentes, como é o caso da Vale. Elas ativam e desativam a utilização destes depósitos ou o nível de extração dependendo do resultado de uma equação que relaciona condicionantes locais (custo da mão de obra, questões ambientais e custo da logística, entre outros) e condicionantes globais (mercados, cotação das moedas nacionais e oferta de minérios no mercado, entre outros).

A mineração garimpeira possui outra dinâmica. Marcada por formas artesanais, ou semi-artesanais, possui como característica a utilização massiva de mão de obra que é usada em níveis

(6) O níquel é um metal resistente à oxidação e à corrosão, utilizado para formar ligas com diversas utilidades na indústria. Seu maior consumo é pelo setor de siderurgia, sendo 63% do metal usado para produzir aço inoxidável. Cerca de 95% da produção de Onça Puma será destinada ao mercado externo, visando atender a países como China, Japão, Alemanha, Finlândia, Itália e Estados Unidos, entre outros. (<http://www.omcconsult.com.br/noticias/vale-inaugura-primeira-planta-de-ferro-niquel-do-brasil/>, acessado em 06 de novembro de 2016).

(7) A Vale também está adaptando parte de seus vagões na Estrada de Ferro Carajás (EFC) para atender à produção de Onça Puma. Como quase toda a produção de ferro-níquel será destinada à exportação, o transporte é feito em contêineres que facilitam a distribuição do produto, atendendo às necessidades logísticas deste mercado. (<http://www.omcconsult.com.br/noticias/vale-inaugura-primeira-planta-de-ferro-niquel-do-brasil/>). Acesso em: 06 nov. 2016.

absolutamente exaustivos e que tem a violência e controle como os dois principais polos do mesmo processo: o controle da exploração mineral. É preocupante também a quantidade de rejeitos e minérios pesados despejados no lençol freático.

Como exploração das jazidas, a atividade mineradora desconsidera tudo o que esteja na superfície. A experiência paraense tem demonstrado que a cada nova jazida de minério descoberta, novas formas de conflito se instalam, criando em escala local conflitos entre a exploração do subsolo e a reprodução de territórios tradicionais, conflitos entre a exploração do subsolo e as dinâmicas territoriais anteriores e, por fim, conflitos entre a exploração do subsolo e o ecossistema, como apresentamos sucintamente na Figura 13.

Também apresentamos sucintamente como os conflitos se expressam em uma escala regional, impactando para além dos locais onde se localizam as jazidas, sobretudo a partir da instalação das plantas de infraestrutura, das plantas logísticas e das plantas industriais.

Em diferentes municípios, as atividades mineradoras têm criado conflitos com extrativistas, quilombolas, pequenos agricultores, ribeirinhos, pescadores artesanais e povos indígenas. Em geral, estes sujeitos têm encontrado grande dificuldade de reproduzir suas dinâmicas territoriais depois da instalação da atividade mineradora, nem sempre com reconhecimento do impacto ao seu território pelo Estado e pela empresa, ficando sem qualquer tipo de compensação econômica. Em outros casos, nem a compensação econômica tem sido capaz de evitar o esgarçamento das relações sociais destes grupos que sofrem com a reconstrução abrupta das suas identidades e de suas dinâmicas territoriais.

Em municípios como Almeirim, Cachoeira do Arari, Barcarena, Porto de Moz, Itaituba, Moju Altamira e Ulianópolis, quilombolas, extrativistas, ribeirinhos e pescadores artesanais têm sofrido impacto direto das atividades mineradoras em seus territórios, seja pela instalação de jazidas, minerodutos, linhas de transmissão de energia, hidrovias, hidroelétricas ou portos. Em municípios como São Félix do Xingu, Altamira, Ourilândia do Norte, Marabá e Itaituba temos a intensificação dos conflitos pela posse da terra, violência no campo e a dificuldade de se garantir a titulação aos pequenos proprietários que se veem ameaçados pelo avanço da mineração na região. Em municípios como Itaituba, Altamira, Tucuruí, Bom Jesus do Tocantins, Parauapebas e Ourilândia do Norte os povos indígenas resistem à instalação de atividades mineradoras em seus territórios pelas grandes empresas ou pelo avanço da ação ilegal dos garimpeiros, além de lutar em outros casos pela devida compensação econômica dos impactos gerados por elas. Neste caso, último caso, está claramente demarcado que a disputa existente é entre o processo de apropriação do subsolo e o uso tradicional do território, estando na pauta o respeito de elementos materiais, como a casa, o rio a floresta, por exemplo, e elementos imateriais, como a memória, a história e as representações sociais, entre outros.

Paralelamente desflorestamento, poluição dos recursos hídricos, do solo e do ar, acúmulo de rejeitos, desrespeito aos limites estabelecidos para as áreas de Proteção Ambiental (APA), para as Reservas Extrativistas (RESEX) e para as Terras Indígenas (TI) e a deterioração do conforto ambiental são algumas das dimensões ambientais do conflito e que têm sido pauta emergente, ganhando cada vez mais espaço na mobilização de diversos sujeitos.

Processos como a remoção forçada de povos tradicionais e cidadãos em geral, dificuldade de avançar no reconhecimento da posse da terra e de garantir uma política eficiente de regularização fundiária aos povos tradicionais e pequenos agricultores, aumento da violência no campo, na cidade e pelo controle das áreas de jazida de extração garimpeira, segregação socioespacial, periferização nas cidades e hipertrofiação dos serviços públicos são características recrudescidas e intensificadas constantemente, mostrando que a atividade mineradora avançou historicamente na região, a partir da combinação entre o processo de acumulação primitiva permanente do capital e o processo de acumulação por espoliação. Nos espaços em que a atividade não avança sob o signo da força e violência, ela avança como um saque legitimado por uma estrutura política e jurídica que, em geral, deixa muito pouco para as comunidades locais, além das crateras e impactos ambientais, é claro.

A região de Carajás é uma boa síntese deste processo. Com atividades desenvolvidas a partir da mineração industrial, temos uma grande variedade de conflitos que são fruto direto da atividade

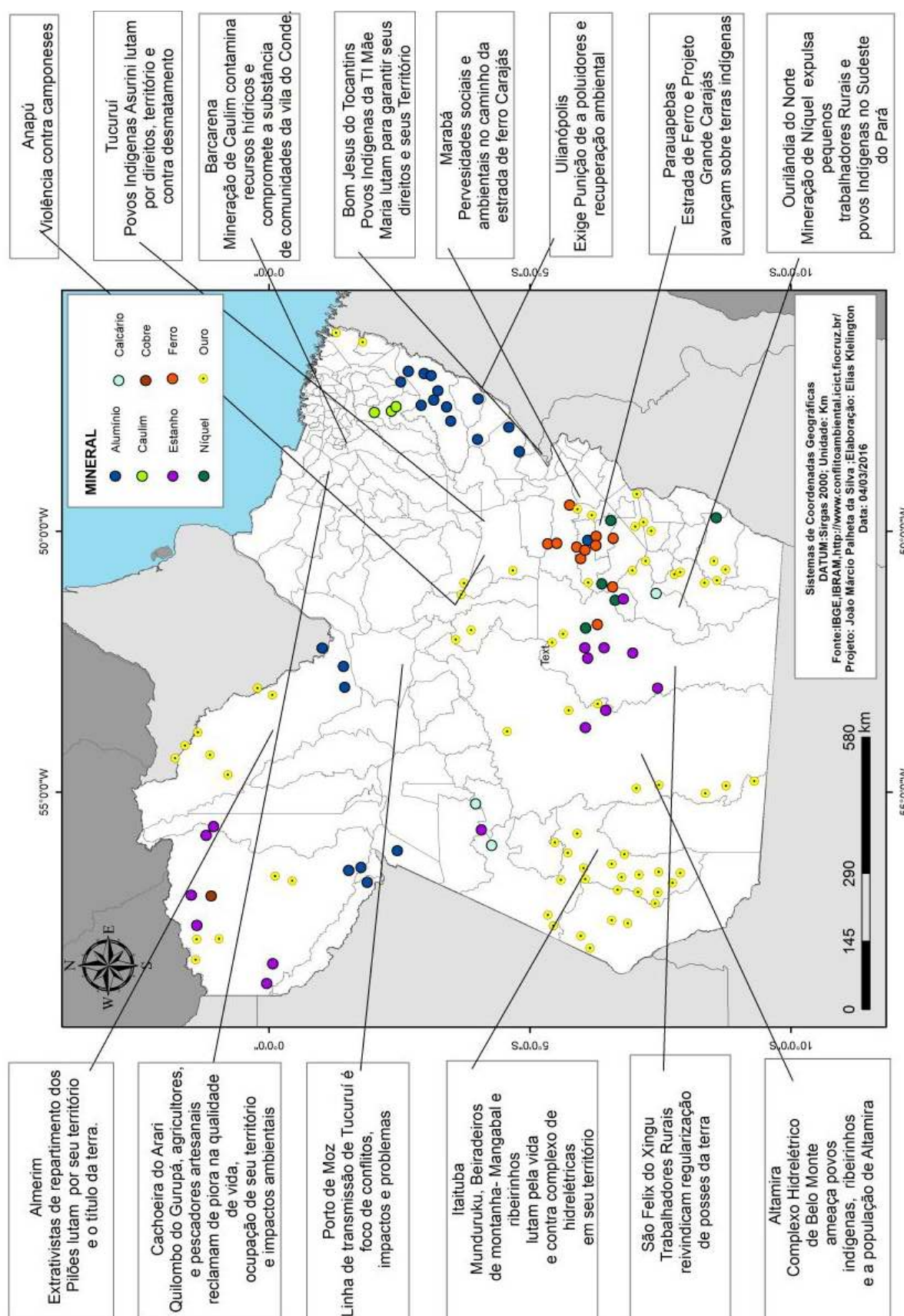


Figura 13 – Mapa de localização de jazidas e os conflitos gerados

mineradora que é desenvolvida a partir da lógica da acumulação por espoliação, mesmo que o discurso seja baseado em ideias como responsabilidade ambiental e social. A Figura 14 apresenta uma síntese destes conflitos.

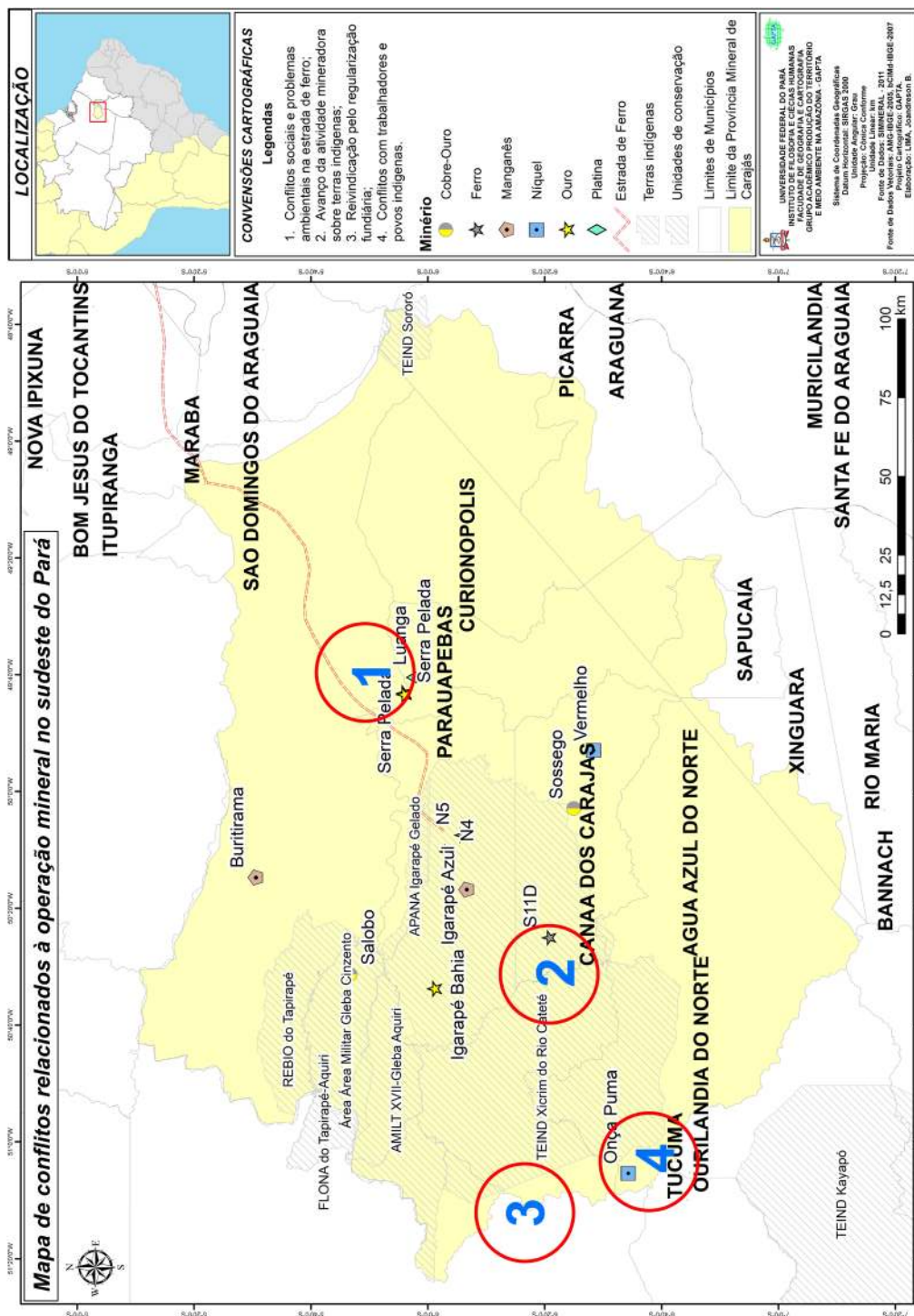


Figura 14 – Mapa de conflitos relacionados à operação mineral no sudeste paraense

A diversidade e quantidade de minérios estão diretamente ligadas à amplitude e complexidade dos conflitos na região. O aumento da violência no campo, que de fato nunca cessou, as disputas territoriais entre as empresas e a população, o embate sobre os percentuais das compensações e impostos gerados pela atividade mineradora, bem como o uso destes recursos, os impactos ambientais que vêm se acumulando, a periferização nas cidades do entorno e a constante perseguição e judicialização da luta contra a ação das mineradoras têm mostrado que as promessas de progresso

nunca se realizaram e que a mineração se tornou um engodo para grande parte da população, trazendo à pauta a necessidade de se reavaliar o futuro da mineração no estado.

O debate que associa mineração ao desenvolvimento, colocando no eixo central da pauta política reivindicações relacionadas a royalties, impostos e verticalização da produção, se esgotou mais rápido que as jazidas e se mostrou uma ideologia que omite os dois elementos que devem ser colocados na centralidade: o controle do território e a democratização da riqueza mineral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dinâmica econômica produtora de novas territorialidades na região Sudeste paraense, no século XXI, desafia os gestores públicos a promoverem em conjunto o tão desejado e virtual desenvolvimento regional. A dinâmica extrativa que perdura na região Sudeste do Pará aliada à agropecuária, à exploração madeireira, aliadas aos novos tempos do agronegócio, multiplicaram a complexidade e a possibilidade de novos conflitos e continuam a colocar a região como uma das mais problemáticas em conflitos sociais no país, pelos usos contraditórios do território.

O acirramento dos conflitos agrários, a migração desordenada, a urbanização sem serviços públicos de qualidade, seja no centro, seja na periferia das cidades mineradoras, levantam questionamentos sobre o papel das atividades de mineração no desenvolvimento local e regional. Estamos longe de usar as riquezas no território a favor das sociedades diretamente atingidas, senão resolvemos problemas do passado antes, durante, e que apontam novos conflitos da mineração futura, se é que chegaremos a ter um futuro da mineração na região de Carajás. À mercê do mercado internacional e de suas demandas, a região não acordou para a mineração passageira (a curto, médio e longo prazo); com a economia local altamente dependente das dinâmicas da mineração que, por sua vez, é derivação direta do mercado internacional.

Estes seis municípios (Parauapebas, Canaã dos Carajás, Marabá, Ourilândia do Norte, São Félix do Xingu e Curionópolis) formam a área do Sudeste paraense que concentra os maiores e mais importantes projetos da Vale no estado do Pará, conectados à escala internacional e impulsionadores de uma região geoeconômica mineradora regional. Entendemos que a mineração não é a única criadora de dinâmicas e que também antes da chegada da grande mineração, a região Sudeste já sofrera outras dinâmicas como as ligadas às atividades como a pecuária e a castanha, por exemplo, mas é com a grande mineração que a região ganhou status internacional de uma região econômica promissora para atendimento do mercado mundial, a partir dos recursos minerais.

A questão posta agora é tentar entender qual é o verdadeiro custo socioambiental envolvido na atividade mineradora e se esta conta está sendo ou se poderá um dia ser paga em sua justa medida, principalmente considerando que diversos elementos que são impactados diretamente pela mineração não podem ser, por um lado, monetizáveis e, por outro, não afetam apenas as gerações atuais, mas também as anteriores (quando se perde a história e a memória dos lugares) e as futuras.

Uma reavaliação da história da atividade mineradora na região e um balanço das atuais condições socioeconômicas e dos indicadores de desenvolvimento humano nos permitem admitir que o modelo usado na região é um estranho modelo de geração de riqueza em estado puro, diretamente ligado aos interesses das empresas e sujeitos que controlam as empresas, sem qualquer compromisso ético, moral ou ambiental com os territórios que vêm sendo abruptamente dilapidados. A mineração na região, desfeito o discurso ideológico que a sustenta, deixa de ser um caminho para o desenvolvimento e se tornou um engodo.

Discuti-lo apenas a partir do prisma da geração de postos de trabalho, compensações, impostos e pela verticalização da produção, como já enunciamos, não responde ao momento atual. Este discurso encontrou seu limite quando avaliamos que quatro décadas de mineração na região de Carajás, baseado neste debate, gerou o crescimento das finanças nos municípios, mas não foi o suficiente para diminuir a pobreza, cessar os conflitos ou permitir uma melhoria de vida significativa para a população local. É preciso renovar o debate e a luta política, ressignificando a importância

do desenvolvimento local, levando em consideração o debate sobre o controle do território e democratização da atividade mineradora.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ALMEIDA, A. **Carajás: a guerra dos mapas**. Belém: Falangola Editora, 1993.
- BECKER, B. **Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- CASTRO, E.; MOURA, E.; MAIA, M. **Industrialização e grandes projetos: desorganização e reorganização do espaço**. Belém: EdUFPA, 1995.
- COELHO, M. C. N.; COTA, R. G. (Orgs.). **10 anos da estrada de ferro Carajás**. NAEA/UFPA, 1997.
- COTA, R. **Carajás, a Invasão Desarmada**. São Paulo: Vozes, 1984.
- EMMI, M. F. **A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais**. Belém/PA: EDUFPA, 1988.
- HALL, A. **Amazônia: Desenvolvimento para quem?: desmatamento e conflito social no Programa Grande Carajás**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.
- HÉBETTE, J. **Cruzando a fronteira**. Belém: EDUFPA, v. I, 2004a.
- HÉBETTE, J. **Cruzando a fronteira**. Belém: EDUFPA, v. II, 2004b.
- HÉBETTE, J. **Cruzando a fronteira**. Belém: EDUFPA, v. III, 2004c.
- HÉBETTE, J. **Cruzando a fronteira**. Belém: EDUFPA, v. IV, 2004d.
- HÉBETTE, J. **O Cerco está se fechando: o impacto do grande capital na Amazônia**. Belém: NAEA/UFPA, 1991.
- LONGE das Capitais. Mercado interior. São Paulo: **Revista Você S/A**, abril de 2016. Edição 213. Pag. 48-52.
- PECQUEUR, B. A guinada territorial da economia global. *Política & Sociedade*, nº 14 – Florianópolis, abril de 2009, p. 79-105. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/download/11615/10955>>. Acesso em: 20 de jul. 2016.
- MARTINS, J. de S. **A chegada do Estranho**. São Paulo: HUCITEC, 1993.
- PALHETA DA SILVA, J. M. **Território e mineração em Carajás**. Belém: GAPTA-UFPA, 2013.
- PINTO, L. **CVRD, a sigla do enclave na Amazônia: as mutações da estatal e o estado imutável no Pará**. Belém: Editora CEJUP, 2003.
- PINTO, L. **Carajás, o ataque ao coração da Amazônia**. Belém: Editora Marco Zero e Studio Alfa Foto-letra e Editora, 1982.
- PIRES, E.L.S. As lógicas territoriais do desenvolvimento: diversidades e regulação. **INTERAÇÕES Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, vol. 8, n. 2, Set. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-70122007000200002>. Acesso em: 24 de jul. 2016.
- RODRIGUES, J. C. **Produção das desigualdades socioespaciais em cidades médias amazônicas: análise de Santarém e Marabá, Pará**. 2015. 270 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2015.
- VALE. **Projeto Ferro Carajás S11D**. Um novo impulso ao desenvolvimento sustentável do Brasil. Vale, 2012.
- VALE. **A Vale em Parauapebas**. Vale: Relatório, 2014. Disponível em: <<http://www.vale.com/pt/aboutvale/sustainability/links/linkdownloadsdocuments/relatorio-vale-parauapebas-2014.pdf>>. Acesso em: 24 jul. 2016.
- VILLA VERDE, R. B. R.; ALAMINO, R. C. J.; FERNANDES, F. R. C. Os desafios da extração mineral na Região Norte em prol do desenvolvimento socioeconômico. In: FERNANDES, F. R. C.; ALAMINO, R. de C. J.; ARAUJO, E. R. (Eds.). **Recursos minerais e comunidade: impactos humanos, socioambientais e econômicos**. Rio de Janeiro: CETEM/MCTI, 2014, 392p. (pp. 13-21).
- VELHO, O. G. **Frente de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009, 172p. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>. Acesso em: 06 nov. 2016.